


## HANNAH ARENDT E A EDUCAÇÃO DOS RECÉM-CHEGADOS

João Pedro Andrade de Campos <sup>1</sup>

Universidade Federal de Goiás (UFG)

 <https://orcid.org/0000-0002-4072-4009>

E-mail: [jp.andrade.campos@gmail.com](mailto:jp.andrade.campos@gmail.com)

### RESUMO:

Neste artigo, buscaremos refletir sobre como Hannah Arendt concebe um certo tipo de educação ao mesmo tempo *conservadora e revolucionária*. Este será, assim como a indicação de que pensar sobre a questão educacional das crianças e jovens diz respeito a uma crise mais geral na modernidade, um ponto de tensionamento rumo à hipótese segundo a qual é possível refletir sobre como inserir os imigrantes, refugiados ou apátridas em um local ao qual se dirigiram e que lhes é estranho. Para tanto, o fio condutor desta argumentação será o conceito de natalidade, pois consideramos ser a partir dele que Arendt evoca a radicalidade da qual todos os seres humanos são portadores, isto é, a potencialidade de começar algo novo. Assim, articulam-se os tensionamentos entre conservar um mundo que é precedente aos que lhe são recém-chegados, tanto as crianças como os migrantes, ao mesmo tempo em que estes adicionam algo de si mesmo neste mundo para os que ainda estão por vir.

**PALAVRAS-CHAVE:** Natalidade; Educação; Mundo.

## HANNAH ARENDT AND THE EDUCATION OF NEWCOMERS

### ABSTRACT:

In this paper, we will seek to reflect on how Hannah Arendt conceives a certain type of education that is both conservative and revolutionary. This will be, as well as the indication that thinking on the educational issue of children and young people is related to a general crisis in modernity, a point of tension towards the hypothesis according to which it is possible to reflect on how to insert immigrants, refugees or stateless people in a place to which they went and which is strange to them. Therefore, the guiding principle of this argument will be the concept of natality, as we consider it to be from it that Arendt evokes the radicality that all human beings are bearers of, that is, the potential to start something new. Thus, the intentions are articulated between conserving a world that precedes those who are newcomers, both children and migrants, at the same time that they add something of themselves to this world for those who are yet to come.

**KEYWORDS:** Natality; Education; World.

---

<sup>1</sup> Doutorando(a) em Filosofia na Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia – GO, Brasil.

Em *A crise na educação*, Hannah Arendt parte de uma reflexão sobre a situação educacional no contexto estadunidense. Todavia, como ressalta a própria autora, os elementos mais gerais desta crise dizem respeito não apenas ao que ela observara neste ponto inicial, mas sim compreende uma situação maior, envolvendo, em termos comuns, as modernas sociedades de massa nas quais vivemos. Neste sentido, a reflexão de Arendt no ensaio citado desencadeia uma meditação sobre “uma crise e uma instabilidade mais gerais na sociedade moderna” (2013, p. 234). A constituição desta crise conserva características que podem ser rastreadas ao longo de toda a obra da autora. N’*A Condição humana*, por exemplo, Arendt ocupa-se da tarefa de pensar como emerge, na modernidade, uma figura tal como o *animal laborans*, isto é, um novo tipo de ser humano que elege a esfera do trabalho [*labor*] como central e determinante em sua vida a despeito da edificação das obras [*work*] mundanas comuns e da ação [*práxis; action*] política. Em sua análise dirigida aos eventos da Revolução Americana e da Revolução Francesa na obra *Sobre a revolução*, Arendt avalia, em que pese as diferenças entre os dois contextos, que no desenvolvimento da modernidade há um *tesouro perdido* cuja preciosidade seria aquilatada pela ação política em conjunto rumo a objetivos de interesse comuns, no caso em questão, a criação de repúblicas. Outros exemplos poderiam ser citados, como os que perpassam suas análises sobre as *Origens do totalitarismo* e o surgimento desta forma de governo inovadora por empreender um movimento antipolítico que, mesmo após seu fim, conservou no presente muitas de suas características no seio de nossas democracias ocidentais.

O ensaio de Arendt sobre a educação, portanto, pode ser lido no bojo de sua obra como mais uma fonte robusta de seu pensamento sobre nossa experiência humana na modernidade. Trata-se, neste sentido, de uma leitura complexa por possibilitar o tensionamento de muitas questões. Assim, meu objetivo neste artigo não será pretensioso o bastante rumo a uma análise de todas estas particularidades possíveis de serem exploradas na obra da autora acerca deste tema. Por outro lado, meu direcionamento conservará a hipótese de que a reflexão de Arendt em *A crise na educação* nos oferece recursos a fim de pensarmos como se dá o papel da educação para aqueles que são recém-chegados ao mundo dos assuntos humanos. A estes que recém-chegam, nossa autora atribui um papel duplo: o de renovar o mundo e o da possibilidade de desencadear seu colapso. Assim, de partida, a educação como Arendt a concebe pode ser compreendida como uma via de contribuição para a conservação do mundo e de nossa permanência nele. Ainda sobre minha hipótese neste trabalho, penso que a amplitude da reflexão de Arendt sobre os recém-chegados pelo nascimento biológico, e aqueles que *nascem* ao empreenderem agência política no mundo, contribui para pensarmos como os imigrantes, também recém-chegados chegados a um *mundo novo* (por escolha, ou forçados por questões alheias a si próprios, como os refugiados) podem ser nele inseridos.

Segundo Arendt, “uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos” (2013, p. 223). Assumindo esta breve sentença da autora como um ponto basilar à sua reflexão, penso que o seu objetivo nesta leitura do que seria uma *crise* na educação remete ao tensionamento sobre o porquê de se educar, sobre o quê educar e, também, como educar. De modo geral, a linha que atravessa tais indagações é aquela que dirige um sentido político da educação. Ao leitor mais familiarizado com a obra de Arendt, no entanto, pode soar estranha a afirmativa de que o tema da educação em sua reflexão diz respeito a um tema político. Isto se dá pela própria afirmação da autora segundo a qual na educação não tratamos da política. Arendt, todavia, busca estabelecer distinções entre o alcance da política na educação e também das teorias pedagógicas sobre a política. Dizendo de outro modo, a ação política não pode ser um objeto último da educação tendo em vista os possíveis arbítrios que desta relação possam emergir, e nem deve dela ser subordinada a fim de uma

eliminação de diferenças nos papéis a serem desempenhados por cada um dos atores (professores, alunos, pais, crianças, etc.) inseridos neste contexto.

Mas a educação das crianças, dos jovens e de todos aqueles recém-chegados ao mundo público perpassa por decisões políticas no sentido de que elas estão enlaçadas com a responsabilidade que os seres humanos devem assumir pelo cuidado com um mundo que é comum a todos<sup>2</sup>. Isto é importante de ser dito, pois Arendt, embora tenha dedicado seu trabalho intelectual a muitos temas, sua principal frente não é outra senão o exame da política e da dignidade que ela confere à nossa condição humana. Neste sentido, o ponto de crise do qual a autora parte – a recepção dos recém-chegados a um mundo *novo* – não é apenas um problema educacional que pode ser encarado por uma via pedagógica. Antes disso, ele assume a forma de uma questão política comum, por um lado, a todas as sociedades e, por outro lado, com particularidades ao contexto estadunidense (ao qual irei me dirigir de modo genérico, privilegiando os aspectos universais da reflexão arendtiana por crer não ser possível realizar um aprofundamento adequado nesta discussão mais particular e, noutro sentido, pela perspectiva de que o tema da imigração ganhou traços mais fortes desde a publicação do texto de Arendt na década de 1960 e que apontam para uma crescente modificação do entendimento acerca da recepção de imigrantes, refugiados, pessoas deslocadas, entre outras minorias migrantes em diversos países).

A educação e sua relação com a inserção de imigrantes ao destino em que buscam se fixar, mesmo que provisoriamente, revela uma característica exemplar da tensão que emerge entre o contato de um “mundo velho”, do qual eles saíram, e de um “mundo novo”, do qual são recém-chegados. Recorrendo ao exemplo estadunidense, Arendt mostra que “a fusão extremamente difícil dos grupos étnicos mais diversos – nunca completamente lograda, mas superando continuamente as expectativas – só pode ser cumprida mediante a instrução, educação e americanização dos filhos de imigrantes”. A consequência mais direta do papel da escola neste sentido é que “esta obviamente deve assumir funções que, em uma nação-estado, seriam desempenhadas normalmente no lar” (2013, p. 223). Arendt distingue, de modo irreduzível, o papel em que cada esfera da vida humana ocupa em nossa vivência no mundo, e também como elas podem se relacionar entre si. No que diz respeito ao lugar da privacidade do lar e da exposição do indivíduo própria ao mundo público, é importante notar que o lar familiar desempenha uma função de cuidado, no caso específico deste artigo, com a educação das crianças (recém-chegados) e sua preparação para a vida. Por este motivo, Arendt diz que: “No mundo público, comum a todos, as pessoas são levadas em conta, e assim também o trabalho, isto é, o trabalho de nossas mãos com que cada pessoa contribui para com o mundo comum; porém a vida *qua* vida não interessa aí. O mundo não lhe pode dar atenção, ela deve ser oculta e protegida do mundo” (2013, p. 236). A proteção à qual a pensadora se refere diz respeito à exposição do mundo público, para o qual os recém-chegados ainda não estão “prontos”. Deste excerto do texto de Arendt podemos notar, também, o relacionamento entre as características que compõem a condição humana (o trabalho, a obra e a ação).

No exemplo acima, o lar da família contribui com a proteção da criança frente ao mundo já habitado e ocupado pela ação política e pela cultura, pois ela ainda não possui os recursos suficientes para realizar sua entrada neste cenário. Assim, o seio da família é o lugar pelo qual ela pode nutrir-se e satisfazer suas necessidades básicas enquanto transita pelo âmbito escolar como preparação para o mundo público. A educação e a instituição escolar são o espaço-entre [*in-between*] que aqui articula as outras atividades da vida humana e contribui com a entrada do

---

2 Ver a reflexão de José Carvalho (2014) acerca desta temática, o limite e o alcance da política na educação, para uma maior apropriação deste debate.

recém-chegado ao mundo. A educação, ou, pelo menos, o modo segundo o qual ela acaba sendo percebida no embate travado entre o *velho* e o *novo*,

[...] encoraja a ilusão de que um mundo novo está sendo construído mediante a educação das crianças. É claro que a verdadeira situação absolutamente não é esta. O mundo no qual são introduzidas as crianças, mesmo na América, é um mundo velho, isto é, um mundo preexistente, construído pelos vivos e pelos mortos, e só é novo para os que acabaram de penetrar nele pela imigração (ARENDRT, 2013, p. 226).

De modo proposital, deixemos um pouco de lado os aspectos mais específicos dos recém-chegados enquanto imigrantes e passemos ao trato mais geral do tema da educação sob a figura das crianças e dos jovens. O conceito de natalidade é incontornável nesta seara. Certamente, não será possível explicitar todas as suas nuances, mas sua centralidade é relevante para a compreensão de que a educação daqueles que chegam a um mundo novo ultrapassa o mero cuidado com a instrução de habilidades caras à perpetuação biológica do ser. A natalidade, no pensamento de Arendt, encontra uma forte associação ao conceito de pluralidade. Estas duas categorias, sob nosso propósito, contribuem para vermos que os seres humanos nascem e não são apenas distintos entre si, mas únicos. Como mostra nossa autora, por sermos seres únicos, adicionamos ao mundo característica únicas nossas e, também, retiramos dele necessariamente o que nos é particular. Por outro lado, a nossa igualdade baseada em nossa condição humana articula o paradoxo entre pluralidade e unicidade, de tal forma que podemos nos comunicar, decidindo e agindo politicamente em concerto (ARENDRT, 2014, p. 219-220). Em outras palavras, o fato de sermos únicos, por conseguinte, acarreta a pluralidade de ações e vozes que podem advir com o nascimento de seres humanos. Como já dito, o mero nascimento biológico não é garante da agência política. Para tanto, há de se buscar pela sua efetivação que não pode se dar de outro modo a não ser quando decidimos responder ao fato de nosso nascimento com nossa entrada nos assuntos humanos. Neste sentido,

[o] fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez, só é possível porque cada homem é único, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é único pode-se dizer verdadeiramente que antes dele não havia ninguém. Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é do viver como um ser distinto e único entre iguais (ARENDRT, 2014, p. 222-223).

Então, concordamos com a reflexão de Adriano Correia que condensa os elementos que penso serem de central importância na compreensão do conceito de natalidade. Segundo este estudioso do pensamento arendtiano:

A natalidade não é idêntica ao nascimento, que consiste na condição inaugural fundamental da natalidade. Enquanto o nascimento é um acontecimento, um evento por meio do qual somos recebidos na Terra em condições em geral adequadas ao nosso crescimento enquanto membros da espécie, a natalidade é uma possibilidade sempre presente de atualizarmos, por meio da ação, a singularidade da qual o nascimento de cada indivíduo é uma promessa; a possibilidade de assumirmos a responsabilidade por termos nascido e de nascermos, assim também, para o mundo; de que sejamos acolhidos no mundo por meio da revelação de quem somos mediante palavras e atos; de que nasçamos

sempre de novo e nos afirmemos natais, não mortais; a possibilidade, enfim, de que nos tornemos mundanos, amantes do mundo (2010, p. 813).

Com efeito, a natalidade pode ser compreendida como “uma aposta esperançosa na capacidade humana de agir e de falar, de romper qualquer tentativa de opressão, manipulação e controle” (AGUIAR, 2008, p. 37). Como pode ser observado ao final de *Origens do totalitarismo*, Arendt ocupava-se do tema da natalidade em um sentido político, e nutrido por uma forte inspiração agostiniana, ao pensar o fim do totalitarismo enquanto regime instalado e o que a partir disso poderia surgir. Ainda que possa soar um pouco pessimista a alguns leitores, a observação feita pela autora de que o totalitarismo enquanto forma de governo possível não seria extinguido ao final das experiências totalitárias concretas, por outro lado, parece-me igualmente esperançoso e inovador o recurso político da categoria natalidade. Nas palavras de Arendt,

[...] todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única “mensagem” que o fim pode produzir. O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est* – “o homem foi criado para que houvesse um começo”, disse Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós. (1989, p. 531)

A natalidade, por sua vez, conjugada ao campo educacional reflete a radicalidade do pensamento arendtiano ao compreender a existência humana como algo direcionado à inserção de todos nós na cultura. Dito de outro modo, os seres humanos não apenas *nascem* como membros de uma espécie que reproduzirá a ordem natural na qual estão inseridos, em conjunto com os outros seres, sem adicionarem ou subtraírem algo substantivo do mundo. Pelo contrário, os seres humanos são seres *natais*, pois é de sua constituição única a possibilidade de criar outras realidades políticas e culturais que podem direcionar o mundo comum a um contínuo florescimento ou, de modo oposto, mesmo à sua extinção. A tensão aqui apresentada reflete o teor contingente da agência humana e, por conseguinte, a responsabilidade inscrita na educação daqueles que recém chegam ao mundo como agentes de continuidade ou de ruptura. Segundo o entendimento de nossa autora, portanto:

A responsabilidade pelo desenvolvimento da criança volta-se em certo sentido contra o mundo: a criança requer cuidado e proteção especiais para que nada de destrutivo lhe aconteça de parte do mundo. Porém também o mundo necessita de proteção, para que não seja derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada nova geração (ARENDR, 2013, p. 235).

Nota-se que a inserção das crianças no mundo não pode acontecer de modo *natural*. Requer-se um certo preparo para a entrada dos recém-chegados, cuja mediação visa a balizar o contraste entre o mundo que já está aí e o mundo novo que, em potência, existe em cada novo ser nascente. Neste sentido, a escola e os educadores assumem um papel de grande monta nesta equação. A escola, como mostra Arendt, não é o mundo em seu aspecto completo, mas recobre um papel de interposição entre o lar e o mundo público, a fim de preparar o contato da criança com este para que ele não ocorra de modo abrupto (2013, p. 238). Os educadores, por outro lado, ocupam uma função de responsabilidade singular, tanto por serem adultos como por exercerem o papel de educadores. O acúmulo destas duas funções, mesmo quando não sobrepostas, implica uma responsabilidade coletiva pelo mundo comum a todos nós. Por isso é possível dizer que “qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter

crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação (ARENDT, 2013, p. 239). Mais do que isso,

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDT, 2013, p. 247).

Podemos perceber que a educação, como Arendt a entende, deve caminhar lado a lado com a compreensão de que o mundo é uma obra humana plural. Isto pode parecer um truísmo diante do que explicitamos até o momento. Contudo, reter este sentido significa não perder de vista que, enquanto obra humana, o mundo não poderia deixar de ser constituído pela efemeridade das coisas que nos circunda. Os nossos esforços para mitigar a fragilidade de nossas obras ao longo do tempo são limitados pela mortalidade humana. Entretanto, como viemos ressaltando, a natalidade da qual somos os únicos seres possuidores e cientes de suas potencialidades, pode contribuir para que o empenho da Humanidade enquanto um projeto comum possa ser renovado, a fim de perdurar por entre as gerações de seres humanos que são apresentadas ao mundo. Neste sentido, como mostra Arendt, a responsabilidade na educação recobre um fator decisivo de nossa experiência na Terra para que possamos transcender o determinismo biológico da espécie, a fim de assumirmos os riscos e os prazeres de decidirmos optar pela renovação e permanência do mundo.

Junto à responsabilidade pelo mundo é demandado dos adultos e dos educadores, inclusive para que tal responsabilidade possa efetivar-se, o emprego de um certo tipo de autoridade, a qual não deve ser confundida com nenhuma forma de coerção. Pelo contrário, sua forma é destituída de conteúdos autoritários, uma vez que não postula orientações rígidas para a agência humana. Como mostra Arendt, por sua vez, a autoridade dos adultos visa a apresentar o mundo: “Face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: - Isso é o nosso mundo” (2013, p. 239). A autoridade que repousa na apresentação do mundo às crianças, pensando de modo ideal, também envolve uma atitude dupla em conservar o mundo e conservar a capacidade de iniciar algo novo. Neste sentido, a educação pensada na esteira de Arendt pode ser tida como *conservadora*.

Como mostra a pensadora, no entanto, a conservação da qual se deve falar em educação não está associada ao conservadorismo político em um sentido depreciativo. No primeiro caso, conserva-se e protege-se a criança contra o mundo e vice-versa, a fim de adiar um contato potencialmente destrutivo, de ambos, sem uma preparação adequada. Em relação ao aspecto político, o conservadorismo na interface educacional resulta em uma oposição à permanência do mundo para as futuras gerações. Dizendo de outro modo, o mundo enquanto uma construção humana chegará, inevitavelmente, ao seu fim quando não for mais possível que os seres humanos possam atuar sobre ele modificando-o e adicionando a ele novas obras (ARENDT, 2013, p. 242). A educação vista por Arendt é, ao mesmo tempo, conservadora e revolucionária. Conservadora por visar a estabilizar o mundo para que as contingências inescapáveis de nossa condição tenham seu impacto amortecido pelas atividades humanas das quais somos autores. Revolucionária por empreender uma renovação do mundo, sem a qual este chegaria ao seu fim por não primar pela natalidade da qual todos os seres humanos são detentores. “Exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança, é que a educação precisa ser conservadora; ela deve preservar essa novidade e introduzi-la como algo novo em um mundo velho, que” continua

Arendt, “por mais revolucionário que possa ser em suas ações, é sempre, do ponto de vista da geração seguinte, obsoleto e rente à destruição” (2013, p. 243).

Retornando ao contexto dos recém-chegados imigrantes, penso que a educação assume um ponto central neste debate. Arendt, é verdade, não desenvolveu uma reflexão própria ao tema em questão. Todavia, acredito que na baliza do conceito de natalidade, como o estamos examinando ao longo deste artigo, podemos encontrar um caminho para tensionar uma problemática contemporânea relevante, qual seja, como receber indivíduos e grupos com culturas diferentes, em alguns casos com traços significativamente distintos entre si, e inseri-los em um *novo* mundo que, apesar das diferenças, também lhes deveria ser de comum acesso. Como sabemos, o interesse de Arendt pela problemática da imigração e dos refugiados pode ser rastreável até a sua obra *Origens do totalitarismo* e, inclusive, faz interseção com sua própria história pessoal de vida, tendo nossa autora sido imigrante/refugiada durante a Segunda Guerra Mundial (cf. YOUNG-BRUEHL, 1997, p.127-164.). No ensaio *Nós, refugiados*, Arendt exemplifica a condição de ruptura pela qual os refugiados judeus passaram, mas em sentido amplo *todos* os refugiados podem compartilhar desta condição, nos seguintes termos:

Perdemos nosso lar, o que significa a familiaridade de uma vida cotidiana. Perdemos nossa ocupação, o que significa a confiança de que temos alguma utilidade neste mundo. Perdemos nossa língua, o que significa a naturalidade das reações, a simplicidades dos gestos e expressão espontânea dos sentimentos. Deixamos nossos parentes nos guetos poloneses, e nossos melhores amigos foram mortos em campos de concentração, e isso significa a ruptura de nossa vida privada (ARENDR, 2016, p. 478).

Deste trecho destacado acima podemos perceber que a condição à qual este grupo de pessoas estava sujeito assume uma grave forma de não pertencimento, de deslocamento no mundo. Neste sentido, a perda do lar, dos vínculos afetivos e da naturalidade da linguagem evidenciam uma experiência limite da vida humana. Entrementes, como associar a relação dos refugiados ao tema da educação no presente artigo? Para continuarmos nosso percurso, antes, entretanto, penso que esta apreciação feita por Ricardo Silva é de grande valia. Segundo ele, “O refugiado vive o exílio da língua materna, o abandono do seu mundo, e sua experiência revela toda ordem de dificuldade no que concerne à conquista de direitos, uma vez que até suas reivindicações têm que ser feitas por meio de outros. É estar como criança indefesa, sob cuidados alheios” (2018, p. 383).

Não se trata, certamente, de equiparar os refugiados, recém-chegados a um novo mundo, com as crianças que também chegam a um mundo desconhecido delas e que lhes é precedente. Os primeiros, em todo caso, já foram educados para o mundo, no sentido de que podem se inserir diretamente em questões políticas e, inclusive, reivindicarem o *direito a ter direitos*<sup>3</sup> dentro do contexto em que estiverem. Este ponto, inclusive, mostra-se relevante quando retemos a perspectiva de que os refugiados ao chegarem em determinado novo lugar não começam sua vida inteiramente sem referências culturais, educacionais, políticas, entre outras manifestações que alimentam a vida de uma pessoa. Neste sentido, a marcante perda dos vínculos afetivos, e o estranhamento com uma língua nova, por exemplo, somam-se a um bojo de experiências pelas

---

3A expressão *direito a ter direitos* possui grande complexidade na obra de Arendt. Podemos destacar sua aparição no contexto de *Origens do totalitarismo* (cf. 1989, p. 330), quando a autora analisa a insuficiência das declarações sobre os “direitos humanos” na cobertura de proteção aos refugiados, apátridas e pessoas deslocadas. No sentido mais geral deste termo, e também naquele que nos interessa propriamente neste artigo, penso que deve ser destacada a posição segundo a qual o direito a ter direitos diz respeito a uma compreensão de Arendt sobre o modo como os cidadãos estão situados no espaço público. Dizendo de outro modo, ter direito a ter direitos condiz com uma formulação de cidadania segundo a qual os agentes não são julgados de modo abstrato, seguindo aqui as críticas da autora a pouca substancialidade dos direitos humanos, outrossim, o esperado é que as ações das pessoas no espaço público sejam consideradas de forma material na reivindicação, manutenção e busca por direitos uma vez que o mero nascimento biológico é insuficiente para garanti-los.

quais os refugiados vivenciam a dificuldade em equilibrar sua vida pregressa com o novo contexto social em que estão buscando inserção. De acordo com a reflexão de Ricardo Silva, este cenário turbulento abre senda pela qual diversos abusos podem ser cometidos contra os refugiados, inclusive, no sentido que estou considerando aqui, qual seja, a possível perda de suas ligações com seu passado que são nutridas, de modo geral, por tudo aquilo que envolve a cultura a qual eles nasceram, cresceram e foram educados. No trecho a seguir, portanto, gostaria de reter este elemento de desvinculação e desarraigamento:

[...] os refugiados são aqueles marcados pela experiência da solidão, consoante a teoria de Hannah Arendt, isto é, são os expulsos do mundo. E sem um mundo, vivem a experiência constante da tentação de esquecer o que eram, de onde vieram. De modo que a experiência fática, de ser quem se é em um lugar estranho, é uma terrível experiência de desalento e de horror, e nela adaptar-se tem um preço, qual seja: o de deixar para trás sua história. O que nunca é possível, uma vez que esta nos acompanha em nossas memórias, em nossa língua, em nossa formação. Todavia, a circunstância que força essa apartação é desumana e desalentadora, conduzindo o refugiado a uma experiência de angústia existencial e de esperança desesperadora (SILVA, 2018, p. 379).

Esta dificuldade, sem dúvida, não deve encontrar o repouso de seu peso exclusivamente nos ombros destes recém-chegados. A sociedade que está disposta a receber estes grupos está erigida sob um conjunto também cultural, educacional, político e econômico possivelmente diverso, em alguns casos pontuais até mesmo contraditório em relação aos costumes e práticas dos que ali chegam, mas que, entretanto, são as manifestações que dão a identidade desta comunidade. Assim, podemos perceber que os conflitos entre diferentes concepções de vida podem ser marcantes nestas novas relações. O desafio, neste sentido como estamos percebendo, caminha na direção de visar um equilíbrio entre a comunidade que recebe os recém-chegados, para que eles possam encontrar a possibilidade de formar um novo lar enquanto aprendem as novas dinâmicas de relações daquela sociedade, e, noutro sentido, que tal comunidade não imponha sobre eles seus costumes ao ponto de sufocarem os seus conhecimentos e a cultura que trazem consigo.

Interessa, portanto, perceber como a mediação destes dois grupos com um mundo estranho a eles requer a contribuição de outras pessoas. Pensar a educação dos recém-chegados, todos eles, requer um cuidado e uma responsabilidade para com os indivíduos e para com o mundo. No caso específico dos refugiados, a função da educação é também recoberta por uma camada que, além de perpassar pelo cuidado e pela responsabilidade na educação formal, a aprendizagem de uma nova língua, por exemplo, avança na mediação entre a não assimilação total (ou imposição) da cultura na qual buscam inserção, mas também na preocupação de que um mínimo dos aspectos mais particulares daquela comunidade sejam apreendidos. Ou seja, a educação dos recém-chegados está interposta em uma questão contemporânea de grande relevância naquilo que diz respeito a um convite ao convívio entre culturas diferentes. A educação, como penso ser possível tematizar em Arendt, então, conserva também neste caso os riscos inerentes à nossa condição humana que subjazem a nossa potência criativa enquanto seres natais, e também destrutiva, pois somos os únicos seres capazes de realizar o *extra-ordinário*.



## Referências

- AGUIAR, Odílio. *Condição Humana e Educação em Hannah Arendt*. Educ. e Filos., Uberlândia, v. 22, n. 44, jul./dez. 2008, p. 23-42.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, Hannah. *A Crise na Educação*. In: Entre o Passado e o Futuro. Tradução Mauro V. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 221-247.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução Roberto Raposo. Revisão técnica Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- ARENDT, Hannah. *Nós, refugiados*. In: Escritos Judaicos. Tradução Laura Degaspere Monte Mascaro, Luciana Garcia de Oliveira, Thiago Dias da Silva. Barueri: Amarilys, 2016.
- CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. *Política e educação em Hannah Arendt: Distinções, relações e tensões*. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n.º. 128, jul.-set., 2014. p. 813- 828.
- CORREIA, Adriano. *Natalidade e amor mundi: sobre a relação entre educação e política em Hannah Arendt*. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, set./dez. 2010. p. 811-822.
- SILVA, Ricardo George de Araújo. *A questão dos refugiados e ideia de pertencimento de mundo em Hannah Arendt*. Philósofos, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 365-401, jan./jun. 2018.

---

**Autor(a) para correspondência / Corresponding author:** João Pedro Andrade de Campos.  
jp.andrade.campos@gmail.com